



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 31 | Jul./Dez. de 2024

Rogério Reis Carvalho Mattos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ.

rogerio_mattos@hotmail.com

DITADURA E LUTA ARMADA A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DE GERAÇÕES EM DISPUTA.

RESUMO

O artigo busca comparar os testemunhos de duas gerações diferentes que vivenciaram a ditadura militar: a de Nelson Werneck Sodré e Joel Rufino dos Santos. O objetivo é contornar o “novo positivismo” em relação ao tratamento das fontes historiográficas (segundo Beatriz Sarlo) a partir dos relatos em primeira pessoa. Santos e Sodré apontam caminhos diferentes, tanto para a resistência armada, quanto para a resistência cultural.

Palavras-chave: ditadura; literatura de testemunho; história cultural

ABSTRACT

The article seeks to compare the testimony of two different generations who experienced the military dictatorship, Nelson Werneck Sodré and Joel Rufino dos Santos, with the aim of circumventing the “new positivism” in relation to the treatment of historiographical sources (according to Beatriz Sarlo) from the first-person accounts. Santos and Sodré point to different paths to armed resistance, such as cultural resistance.

Keywords: dictatorship; testimonial literature; cultural history

Introdução

I. Após as derrotas das ditaduras na América Latina, os exilados e as vítimas da violência do Estado procuraram restabelecer seus laços sociais com seus respectivos países. Enquanto isso, na Europa, iniciaram-se os debates sobre o Holocausto entre negacionistas e seus críticos, como Pierre Vidal-Naquet e Carlo Ginzburg, além da importante difusão dos textos de Primo Levi. Houve o entrelaçamento entre os dois debates que, segundo Beatriz Sarlo, ocorreu de forma inevitável, “em especial porque o Holocausto se oferece como modelo de outros crimes e isso é aceito por quem está mais preocupado em denunciar a enormidade do terrorismo de Estado do que em definir seus traços específicos” (SARLO, 2007, p. 46). A “retórica testemunhal”, como chamou a autora, ganha a cena intelectual e literária. Ao lado da efeméride em torno dos testemunhos, também a crítica a ele passou a estar na ordem do dia. A princípio, era constrangedor criticar as testemunhas, porque não contavam apenas seus problemas pessoais, mas serviam como matéria para a indignação pública em tempos de redemocratização no Cone Sul.

A confiança na retórica testemunhal, assim, serviu de eixo para a luta política contra o arbítrio e como fornecedor dos princípios de reparação e justiça correlatas ao retorno da democracia. Contudo, segundo a autora, esses relatos não podem servir como fonte única para o conhecimento desse período histórico: inventaria-se um novo positivismo onde o testemunho se apresentaria como intangível e os relatos a partir de outras fontes continuariam a ser vistos com desconfiança. Contudo, “só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretenderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal. E só uma caracterização ingênua da experiência exigiria para ela uma verdade mais alta” (SARLO, 2007, p. 48). Com a ascensão da literatura testemunhal, a atmosfera positivista e totalizante deixa de ser o das narrativas historiográficas ao mesmo tempo em que se mitologiza a memória, porque em sua luta contra o esquecimento procura unificar as interpretações e elidir os sentidos alheios à sua narração.

Beatriz Sarlo tem em vista a ditadura argentina, cuja duração foi de sete anos. Portanto, a transição democrática se fez sob o signo do *Nunca más* num movimento rápido demais para quem tem em vista a ditadura brasileira. Há

quase uma sobreposição entre os primeiros relatos dos perseguidos políticos e a abertura política. A primeira publicação de *Brasil: nunca mais* foi em 1985, mas a partir de um trabalho iniciado em 1979, ou seja, quinze anos após o início da ditadura e onze anos após o endurecimento do regime com o AI-5. Mesmo considerando um período temporal mínimo, de 1968 a 1979, ainda existe uma quantidade de anos considerável se comparado aos governos castristas nos dois países. Ainda assim, de 1964 a 1968 no Brasil, houve perseguições, mortes, torturas e exílios, apesar de que o período de 1968 a 1974, o do recrudescimento da luta armada, ter sido o mais prolífico para a produção de relatos testemunhais, além de que, entre 1974 e 1979 ainda ocorreram mortes importantes, como o assassinato de JK e a passagem de figuras como a de Jango e Lacerda, todos os três dentro de um intervalo de nove meses¹.

Caso for considerado apenas os marcos cronológicos, a ditadura brasileira oferece complexidades que não existem na Argentina, apesar da intensidade e crueldade do regime por lá. Mas a análise de Sarlo em conjunto com a de Eurídice Figueiredo (2017) pode ajudar a ampliar e propor um esquema a princípio possivelmente mais simples, porém mais adequado para lidar com dificuldades específicas em relação à literatura de testemunho ou as que possuem maior ou menor grau de teor testemunhal. A pesquisadora brasileira aponta para uma produção inicial onde os autores ainda tentam enxergar os rumos que o país está seguindo depois do 1º de abril, enquanto tentam fazer seus leitores enxergarem em linguagem sem a objetividade dos relatos pós-anistia, sua visão dos acontecimentos políticos. O memorial de Ruy Mauro Marini (MATTOS, 2023), por exemplo, pertence ao segundo período, o de abertura e denúncia dos arbítrios fardados, mas se ancora em sua produção em terceira pessoa em diálogo com um grupo amplo, entre amigos e opositores desde o início da ditadura militar.

Observa-se uma clivagem que expõe uma diferença estrutural entre as formas de se vivenciar o pós-ditadura no Brasil e na Argentina. Nesta, “o importante não era compreender o mundo das vítimas, mas conseguir a condenação dos culpados” (SARLO, 2007, p. 67). O Brasil encontrou outras formas de procurar superar o legado da ditadura, para o bem e para o mal. Só

¹ Apesar da comissão municipal Vladimir Herzog ter apontado a hipótese de assassinato, a investigação da Comissão Nacional da Verdade concluiu mortes acidentais.

com o estudo de caso poderia ser feito uma abordagem comparada entre os dois países, contudo, sob a égide da anistia ampla e irrestrita ou do acordo entre classes comum ao Brasil, a luta pela memória e pela reparação histórica – por justiça – adquiriu contornos um tanto diferentes, com menos ênfase no judiciário e uma busca de unificação nacional através de temas sociais, os únicos capazes de aglomerar interesses múltiplos através da construção de uma Constituição relativamente avançada para o período. No lado liberal, a fome elegeu Lula e a oposição costumeira a ele teve de arrefecer. O país ou parte dos setores enriquecidos ou classificados (com carteira assinada, operários ou profissionais liberais, minorias mesmo num lugar onde se aspira à modernidade) buscam geralmente no exterior, na Europa ou nos EUA, seus ideais de civilidade. Quando o genocídio do social passa a dar ao Brasil contornos africanos, esses setores rapidamente vão para o lado das forças tradicionalmente nacionalistas, ou se, caso não lhe deem as mãos, aceitam a vitória do “nativo” com relativa impotência. Como agora, preocupados com sua imagem e mais com as liberdades individuais do que com os direitos sociais, na ditadura os liberais fizeram uniões táticas com as esquerdas, como aconteceu em especial após o AI-5 (NAPOLITANO, 2017).

No quarto volume de sua *História da gente brasileira*, Mary Del Priore (2019) conta em cerca de, no máximo, 1% da população que jovem e aspirante a revolucionária chegou a pegar em armas e participou de alguma forma de atos de rebeldia²; o livro de Higor Codarin³ (2018), *A criticadas armas e as armas da crítica* expõe as dificuldades desses setores relativamente escolarizados de adentrar nas classes populares até mesmo para se esconder da polícia; na autobiografia de 1974 de Nelson Werneck Sodré (1994), *Fúria de Calibã*, mostra uma postura menos importante por posicionamentos políticos bem específicos do que por revelar uma outra configuração entre aqueles que lutaram contra a invasão estrangeira no país tutelada por militares e civis de alta renda. Sodré fica

² “Segundo dados do Brasil: nunca mais, a categoria social mais atingida por tais ‘derrapagens’, ocupando o primeiro lugar nos casos de morte, tortura e denúncias, foi a dos estudantes. Diz Celina d’Araújo que, num período em que a população de nível superior correspondia a apenas 1,4% da população, esse pequeno contingente esteve envolvido em 39% dos casos de morte por razões políticas, 26% dos casos de tortura e 21% dos denunciados. A maior parte dos que aderiram à guerrilha provinha de setores socioeducacionais de níveis mais elevados, o que intensificava a reação dos militares que julgavam o inimigo mais bem preparado intelectualmente do que muitos de seus quadros” (PRIORE, 2019, p. 103)

³ Para uma abordagem mais minuciosa deste trabalho, ver capítulo 3.

irado com o líder revolucionário colombiano Camilo Torres, que trocou a bata pelas armas.

Camilo Torres pertencia a uma poderosa organização, a Igreja; integrando-a, detinha uma parcela da autoridade de que gozava aquela organização. Mais do que isso: como sacerdote, Camilo Torres era um pastor de centenas de ovelhas, os seus paroquianos. O dever do pastor é estar à frente de seu rebanho, conduzi-lo, guia-lo. Camilo Torres não fez isso: separou-se de seu rebanho, tornou-se guerrilheiro. Bonito. E as consequências políticas? A hierarquia da Igreja colombiana marginalizou-o, retirando-lhe a parcela de autoridade que a organização lhe transferira. E o seu rebanho? Acompanhou-o? Não. Camilo Torres escolheu o bom caminho, mas seguiu sozinho, não levou com ele ovelha alguma. E, pouco adiante, terminaria morto, fazendo o que não sabia fazer, isto é, a guerrilha. (SODRÉ, 1994, p. 220-1)

Na volta de sua viagem à URSS, em Paris, onde o esquerdismo guerrilheiro e revolucionário e *A chinesa* de Godard eram exaltados, essa foi a fala de Sodré em reunião em casa de família burguesa francesa. O militar não reprova Torres ou Guevara pelo aspecto  tico, mas duvida da eficácia política de alguns expoentes da luta anti-imperialista do período. Para ele, Guevara merecia estar ao lado de nomes como Bolívar, Sucre, Tiradentes, frei Caneca e Bonifácio, mas lamenta que sua morte em um recanto boliviano, sem maiores glórias, tenha servido em benefício das forças que impulsionavam as ditaduras na América do Sul. O momento Guevara foi importante, apesar das escolhas que o levaram à morte: “ganhara alguma coisa a revolu o latino-americana, a revolu o boliviana? Não, claro que não. A América perdeu um de seus heróis e o imperialismo ficou menos intranquilo” (SODRÉ, 1994, p. 221-2). Torres não teve seu momento e, tal como Sodré como escritor, poderia ter maior eficácia política se limitado à sua área de atua o, ou seja, não como guerrilheiro mas como revolucionário e padre. Parece que Sodré enxerga a guerrilha quase como um imenso aparelho de propaganda imperialista. Quando ela surgiu, não duvido, serviu para pegar o inimigo desprevenido e obteve sucessos na África e América. Logo depois, com seus líderes incensados pelas páginas dos jornais, mostrava que o imperialismo revelava uma nova face.

Pouco adiante, sob outras condi es, quando a imprensa deu ampla cobertura às a es de rua do movimento estudantil, dedicando-lhes os jornais páginas e páginas inteiras com fotografias, nomes, a es detalhadamente descritas, compreendi como essa valoriza o induzia

ao erro. Ao se instaurar no país a repressão vesânica, acobertada pelo AI-5, comprovava-se como havia sido um serviço prestado ao inimigo a divulgação ampla e fotográfica de aspectos como o do incêndio de viaturas nas ruas, ou de grupos de jovens brandindo cacetes (como conhecida revista botou na capa). Tais publicações, sob o disfarce de apoiar e justificar tais atos, apontava-os de forma subliminar, à execração, levantavam a tese de que não se tratava de estudantes mas de desordeiros, e, acima de tudo, constituía prova (como constituiu) para processos políticos que levaram à prisão numerosos jovens. (SODRÉ, 1994, p. 223-4)

A resistência armada na África e na América tinha como centro de referência de luta anti-imperialista a URSS, ou seja, prolongavam no resto do mundo o exemplo de resistência nacional soviético. Tudo isso deu bastante certo até o imediato pós-guerra. Congo, Argélia, a antiga Iugoslávia, Cuba e a guerra de libertação em Angola. A revolução nacionalista no Brasil foi quase simultânea à russa, em 1930. Werneck Sodré faz parte desses quadros que militaram ao lado de Vargas carregando todas as idiossincrasias que levaram ao processo de industrialização e modernização do país. Ele era soldado e comunista, varguista e marxista. Dificilmente veria, como parcela dos militares que compuseram o governo de exceção pós-64, a destituição de João Goulart e o aprofundamento do arbítrio armado como forma de salvar o país de uma ameaça externa em abstrato, o comunismo. A solução castrista, ali, não era válida, apesar de seu relativo sucesso décadas atrás. Por outro lado, Sodré, mesmo viajando para Paris e URSS, conhecendo a juventude revolucionária, os “debraisinhos nacionais”, continuava a colocar a luta que fez Getúlio Vargas permanecer no poder como anti-sistêmica. Com todas as suas contradições, ela se encaixava no quadro internacional de nazismo, fascismo e militarismo, que correspondiam então a determinadas necessidades internas brasileiras. O golpe de 64 fora artificialmente feito para que nenhum outro Vargas ou aspirante a líder nacional pudesse existir novamente, porque o contexto externo era o inverso, isto é, o socialismo avançava enquanto o imperialismo recuava. O golpe no Brasil foi uma reação a esse estado de coisas e a efeméride da guerrilha vinha em hora tardia, quando a mídia no Ocidente a exaltava e a promovia, enquanto o aparato político, militar e econômico para conter esse tipo de resposta já estava montado. Pensar com Sodré seria dizer que a revolução brasileira já havia ocorrido, em 1930, e a luta restante seria pelas reformas de base. Nesse sentido, Cuba estaria atrasada em relação ao Brasil e não o contrário.

O general parecia ver que tinha passado o tempo da resistência armada à autocracia. Enquanto publicava seu livro, em 1974, o ocaso da euforia supostamente nacionalista que levava a facção de fato anti-nacional ao poder chegava de forma acelerada com o fracasso do milagre publicitário que trouxe coesão à parcela da sociedade civil que sustentou o golpe. Um outro general, Franco, morreria em 1975; Salazar morreu cinco anos antes. A década de 1970 ocorre um processo de falência do modelo ditatorial no Ocidente, com a exceção do Chile. O prestígio de Cuba também foi abalado por Fidel supostamente ter iniciado a usar de métodos stalinistas, porém o maior fechamento do regime talvez fosse inevitável sob aquelas circunstâncias e, por motivos opostos, também inevitável no Chile, a via então encontrada para a aposta neoliberal. O *outono do patriarca*, de Gabriel García Márquez, indica o fim da era ditatorial, que mais tarde somente seria combatida em forma de farsa do Iraque a Líbia, até os pretendentes a democratas serem derrotados na Síria, o que confirma que antes da escolha por um determinado regime político as regras internacionais baseadas ainda na Paz de Vestfália, a determinação dos povos, deve ser respeitada por sua não associação automática aos desenvolvimentos histórico-políticos americanos ou europeus.

O Chile, contudo, como último bastião da resistência imperialista à livre determinação dos povos, indicou para a juventude (e Sodré não pôde ver isso enquanto escrevia suas memórias), ao invés da falência do modelo autocrático (como Sodré via, como García Márquez escreveu), que o modelo democrático não era mais viável. Segundo o general da velha geração, comunista e nacionalista, os mais novos ainda não tinham experimentado a derrota como ele e seus coetâneos. A rebeldia partia de uma experiência de todo nova. Como encará-la nem como um jovem imberbe nem como um general de pantufa? A Polop, dissidência do antigo Partidão criada em 1961, já era organizada o suficiente para nos momentos subsequentes ao 1º de abril organizar a resistência armada. Ao se juntar a rede formada por Leonel Brizola, atuante desde a Campanha pela Legalidade e suas ramificações nas Forças Armadas, da articulação que garantiu a posse de João Goulart ao episódio conhecido como “guerrilha de Copacabana”, já com a participação da Polop, duas coisas podem ser vistas: nos momentos iniciais do golpe ainda haviam condições de resistência armada, mas sem prescindir do apoio tanto de oficiais quanto de suboficiais das

três forças; como também o estrago que foi feito nestas mesmas forças, seja pela desagregação interna de antigos militares filiados à Revolução de 30 e, em especial, como foi articulada essa desagregação a partir da interferência estrangeira. O que ocorreu com as Forças Armadas que perderam sua autonomia entre 1930 e 1964? De todo modo, a solução desse grupo de jovens que optaram pela luta armada foi a de articulá-la com a mobilização operária. Todo o aparato teórico produzido visava ao debate culto e também a criar as soluções para a mobilização de massas, seja para criar as condições de uma greve geral ou para obter apoio operário, das classes-médias baixa e média, em caso de insurgência revolucionária, isto é, armada, contariam com suporte logístico e de recursos humanos. Não é só o velho general que se distancia do “debraísmo”. Os jovens que mais tarde se tornaram os intelectuais formuladores da teoria da dependência estavam longe de endossar a tese que mitifica os guerreiros de Sierra Maestra. Pelo contrário, a guerrilha no campo somente teve êxito pelo apoio urbano, de operários e trabalhadores liberais (BAMBIRRA, 1973). A alta sociedade cubana teve que assistir aquilo tudo bestializada.

II. Joel Rufino dos Santos foi preso antes do golpe de 64 por participar da elaboração da *História Nova* junto ao general Werneck Sodré e seus jovens colaboradores no ISEB. O exemplo do antigo professor da UFRJ é relevante nesta altura de nosso relato por mostrar alguém que talvez não tivesse condições de se exilar naquele momento e que, quase que por uma fatalidade, por falta de opção talvez, se engajou de alguma maneira na Aliança Libertadora Nacional. Sua história de 64 em diante começa com o pedido de asilo na embaixada da Bolívia. Foi quando pela primeira vez se separou de seu mestre, o general Sodré, que considerava inaceitável o caminho do exílio naquele momento. Passou de três a quatro meses na Bolívia após um avião ser disponibilizado pelo governo do país, levando consigo um grande grupo de refugiados que se aglomerava na embaixada. Logo eles se repartiram entre “exilados ‘pobres’, sem emprego fixo, e ‘ricos’, contratados, em geral, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ou da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)” (SANTOS, 2008, p. 20). Ao contrário do exílio dourado de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, com um retorno ao Brasil não menos brilhante sob os auspícios da Fundação Ford e a complacência da junta militar, Joel Rufino

voltou rapidamente ao Brasil no início de 1965, talvez cansado de levar a vida em outro país como jogador de futebol⁴.

Ele não escapou de outras prisões. Existia um inquérito sobre uma missão comercial chinesa em que o implicaram, além do caso sobre as discussões que realizou após a exibição do *Encouraçado Potenkin* no Ministério da Educação. A última, esta sim realizada após 64, levou primeiro ao cárcere sua mulher e seu pai. Quando ele foi preso, liberaram seus familiares. “Numa delegacia federal da praia Vermelha, se sentaram em volta da mesa vários tiras. Um fazia o durão, outro o amistososo. Me acusavam de poliglota” (SANTOS, 2008, p. 24-5). Disse que mal sabia falar bem o português, no que os tiras retrucaram: “será melhor colaborar, sabemos de tudo”. O que era boa-praça mandou comprar misto- quente e guaraná, porque tinha a convicção de que Joel não tomava Coca-Cola. Quando saíram os outros policiais, ele perguntou: “Il n’a pas de quoi! O que quer dizer?” Pego de surpresa, respondi. Se levantou, chamando os outros: ‘Confessou, confessou.’ Durou mais de um mês essa prisão poliglota. *Il na pá de quá*” (p. 25).

Quando liberto, resolveu se “exilar” em São Paulo. Dificuldade para encontrar emprego, sem amigos, detestou a cidade naquele ano de 1967, onde até os negros lhe pareciam estranhos: somente o chamavam de “patrício”. Encontrou casualmente uma aluna que trabalhava para uma nova revista, *Recreio*, e lhe convidou a escrever para crianças. Tivera há pouco tempo uma experiência não muito agradável na editora dos Civita. Se candidatou a tradutor-revisor das revistinhas da Disney, passou em todos os testes e ganhou a vaga, mas não foi contratado. Entre o ir e vir diário ao departamento comercial da empresa, um funcionário resolveu ser sincero com ele: “Está perdendo seu tempo. Infelizmente o diretor das revistas não gosta de trabalhar com pretos” (SANTOS, 2008, p. 26). O burocrata que lhe vedou a vaga ofereceu a ele a tarefa

⁴ O professor Joel conta uma pequena história, na seção de seu livro chamada “Conselho inútil”, que acredito ser bem ilustrativa de sua condição de exilado “pobre” e, não se pode deixar de mencionar, “negro”: “Anísio Teixeira visitava sua filha Babi, mulher de Paulo Alberto, do ‘grupo da Bolívia’, e conversei um pouco com ele, intimidado. No Inquérito Policial Militar (IPM) da nossa *História Nova*, tivera a coragem de elogiá-la: ‘Parcial, mas inteligente. Não merece perseguição’. Nos recomendou, em carta elogiosa, ao reitor da Universidad Católica. Estava ali, agora, diante de mim, da minha altura, comendo feijoada na casa do genro exilado, os punhos da camisa engolfando as mãos, cigarro aceso. Me deu um conselho, que não aproveitei: ‘Não se torne marxista, é pouco para você, se torne eclético, como eu’; e fez de mim um juízo em que senti um velho preconceito brasileiro: ‘Você deve descender de nobreza africana’” (SANTOS, 2008, p. 21).

de redigir anúncios publicitários – ganharia mais e não precisaria se mostrar ao público. Um amigo o dissuadiu do contrário. A carreira de Joel Rufino dos Santos acabou por se tornar bastante rica na produção de histórias infantis. “O caçador de lobisomens, Uma estranha aventura em Talalai, O soldado que não era e alguns outros tiveram dezenas de edições, venderam centenas de milhares de exemplares, mas escrever para criança e jovem nunca me satisfez; o que quis foi sempre escrever ensaios e romances, ainda que sem certeza de possuir esse talento” (SANTOS, 2008, p. 26). Porém não foi a partir daquele ano que Joel conseguiu tanto sucesso com seus livros.

Numa sexta-feira, desisti de São Paulo, voltei de vez para o Rio. Meu irmão, casado com uma Mãe-Pequena, segunda no terreiro de candomblé, me falou que ela (ou um Preto Velho) mandara me dizer que se voltasse ao lugar de onde vinha fugindo teria uma surpresa boa. Esquecido da macumba, abro a porta do quarto de pensão (no Paraíso) e tem um bilhete no chão. O cursinho pré-vestibular do Grêmio da Faculdade de Filosofia, da USP, queria me contratar. O diretor só levantou um problema: “Não posso contratá-lo com o nome verdadeiro. Escolhe um.” Andava lendo sobre a Revolução Praieira, “Pedro Ivo” me veio na bucha. Ganhei o primeiro milhão de cruzeiros da minha vida. Colegas – Yara Iavelberg, longe ainda de conhecer Carlos Lamarca, Marilena Chauí, Carlos Alberto Sardenberg, Marisa Lajolo, José Miguel Wisnick – me tratavam como veterano, apesar de meus 27 anos. (...) Em volta de mim, tal como nos primeiros meses de 1964, algo começava a fervilhar. Preocupado com meus problemas, contente com o primeiro salário decente de minha vida, não demorei, porém, a compreender. (SANTOS, 2008, p. 27)

O que o professor Joel Rufino dos Santos compreendeu àquela altura? O caso se dá na passagem já mencionada, da mudança da luta contra a corrupção para a luta contra a subversão, ou seja, de poucos antes do AI-5 até seus anos subsequentes. Qual foi o meio social que encontrou no seu exílio dentro do país, em semi-clandestinidade (teve que adotar outro nome), que o fez não demorar a “compreender”? Ele diz que tomava café de vez em quando com o professor de história da arte, Antonio Benetazzo, italiano filho de combatentes antifascistas. Tinha a postura típica da burguesia revolucionária. Ao se sentir paquerado por uma aluna, a tratou mal: “A sedução feminina é uma arma burguesa”. O professor cedeu seu lugar a Joel em outro curso universitário, porque iria para a clandestinidade. “Não durou muito: voltando do treinamento em Cuba em 1971, em 72 o DOI-CODI o capturou e o matou em dois dias de tortura ininterrupta” (SANTOS, 2008, p. 27). Apesar da luta armada estar em

pleno declínio, ela parecia um fator onipresente em setores da classe-média um pouco mais esclarecida.

Ouvia um jogo do Corinthians, novembro de 1969, quando o locutor noticiou a morte de Marighela. Naquele ano, entrei *naturalmente* para a rede de “apoio” da ALN, ligado a uma psiquiatra, responsável pela base médica da organização, de quem nada sabia, e vice-versa. A memória já não me diz quando e quem me apresentou R.S., beirando os trinta anos como eu, comum, sem nada especial, talvez apenas o rosto inquieto. Trocávamos papéis e recados que, em dois anos, me mandaram a Rio, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, conduzindo combatentes armados. Eu a apanhava de carro, numa esquina, a deixava na outra. Certo dia, a achei mais tensa que de costume, cometi o erro de perguntar, ela de responder. Trabalhava numa clínica de Santo André, não suportava mais recuperar operários alcoólatras. Na vez seguinte nos permitimos uma cerveja perto do Parque Trianon. Entrou um aluno, me cumprimentou eufórico: “Pedro Ivo” Que mina...” Insisti, em vão, que nunca o tinha visto mais gordo. Não adiantou, R.S. sabia agora meu nome e que trabalhava em cursinho: “Vê a coincidência. Na Hebraica, que frequento, há uma menina casada com um professor negro de cursinho”. Decidimos, sem pesar, cortar para sempre nossa comunicação. Revi R.S., três anos depois, na Primeira Auditoria Militar do II Exército. (SANTOS, 2008, p. 27-8)

Talvez caiba ainda falar mais algumas palavras a respeito da luta armada. Joel entra “naturalmente” para a ALN, como se outro caminho não existisse, como se fosse tão natural quanto alguém que se forma em história e passa a dar aulas. O mero fato de ser jovem, estudante ou professor, com postura minimamente crítica em relação ao golpe de Estado, já os gabaritava para a guerrilha. Como problematizar essa naturalidade? A pesquisa de Higor Codarin acaba por se colocar em uma posição estratégica nos dias atuais. Ao fazer uma “crítica das armas” positiva, ou seja, ao destacar a fundamentação teórica e a postura crítica da juventude durante o período mais repressivo da ditadura, talvez involuntariamente seu trabalho serve como referência crítica aos atuais movimentos juvenis.

Em interessante trabalho sobre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o pesquisador jundiense conta como o grupo revolucionário, após alcançar grandes feitos com o sequestro de políticos estrangeiros, acabou por se encontrar em uma situação no mínimo ambígua. A orientação era de não recuar mesmo depois do recrudescimento da repressão após a fama nacional alcançada com o sequestro de Charles Elbrick, ou mesmo depois de ter lideranças capturadas aos montes pela polícia militar. Aumentaram as ações de sequestro como forma de recuperar os companheiros capturados e da ação

conjunta de diferentes agrupamentos armados, como no rapto do embaixador da Alemanha Ocidental, Enhfried Von Holeben, por iniciativa da ALN e VPR, o que lhes rendeu a liberação de quarenta presos políticos. Na área de ação restrita do MR-8 (pelo menos a que se dedica a pesquisa, ou seja, o Rio de Janeiro), os recuos eram motivos para avanços inusitados. Da ação social e a vivência nas favelas, foram interiorizando sua presença até atingir a Baixada Fluminense. O objetivo sempre buscado era a formação de focos guerrilheiros no campo atuando em conjunto com os da cidade.

Quando ocorreu o sequestro do embaixador americano, o grupo se espalhava entre as zonas sul e norte cariocas (de Botafogo ao Rio Comprido). Com a primeira reação dos militares, iniciaram seu plano de ação nas favelas e comunidades carentes. Era um meio de se esconderem e cooptarem trabalhadores para a empreitada revolucionária. Num ato de panfletagem comum no Jacarezinho, foram presos com relativa facilidade, entre eles um dos líderes do grupo, o agora historiador Daniel Aarão Reis. Foi quando migraram para a zona metropolitana da cidade, sempre com a rotatividade das lideranças e a busca por novos membros para substituir os que tinham “caído”. O planejamento parecia perfeito. No plano ideal, a luta armada parecia se ramificar, se espalhar por toda a cidade. Faltavam quadros, porém.

Um dos objetivos de Higor Codarin Nascimento ao escrever seu trabalho foi mostrar que a guerrilha não se baseava apenas numa práxis revolucionária, mas era ancorada em sólidos pressupostos teóricos (as “armas da crítica” depois substituída pela “crítica das armas”). Ele conta que enquanto voavam para a Argélia um grupo dos quarenta militantes soltos após o sequestro do embaixador alemão, o linguajar dos integrantes do MR-8, extremamente intelectualizado, parecia uma outra língua para os integrantes da VPR. Estes, de origem mais pobre, chegaram a pedir um tradutor para poder entender e se comunicar com o outro grupo. O planejamento dos intelectuais-guerrilheiros, de fato, era interessante. Mas ao invés deles irem se enraizando em regiões cada vez mais periféricas da cidade enquanto mantinham suas atividades próximas ao centro, foram na verdade se escondendo cada vez mais longe. Parecia existir uma espécie de ilusão de ação coordenada, porém nem mesmo a escolha entre campo, periferia ou cidade poderia ser feita, muito menos ocupar todas as áreas ao mesmo tempo. A arregimentação teórica acabou por formar uma

superestrutura fantasmática onde de forma muito parcial se conseguia cumprir os planos previamente dispostos. Os guerrilheiros pareciam estar em todas as partes, mas não conseguiam formar posição sólida em parte alguma. É o sorvedouro de pessoas que alude Bernardo Kucinski (2014), aquele que faz sumirem as pessoas ao invés de assassiná-las à luz do dia como nos *pogrons* polacos. Este o ambiente, a atmosfera que viveu Joel Rufino dos Santos quando se mudou para São Paulo e o fez rapidamente “desconfiar”. Quase sem querer alguém poderia virar um preso político ou um desaparecido. Os militantes da velha guarda como Nelson Werneck Sodré, por mais que também desconfiassem, estavam numa posição que não os colocava tão “naturalmente” em risco.

Referências

BAMBIRRA, Vânia. **La revolución cubana: una reinterpretación**. México, D.F.: Nuestro Tiempo, 1976 [1973].

CODARIN, Higor. **A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1972)**. 2018 (229 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **K.- o relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Edição digital.

MATTOS, Rogério. (2023). A prosa em 3ª pessoa dos intelectuais presos, torturados, exilados. *Anos 90, 30*, e2023304. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.129635>

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira, volume 4**: República – Testemunhos (1951-2000). São Paulo: Le Ya, 2019.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Épuras do social** – como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. São Paulo: Global, 2004.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Assim foi (se me parece)**: livros, polêmicas e algumas memórias. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SODRÉ, Nelson Weneck. **A fúria de Calibã**: memória do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Rogério Reis Carvalho Mattos

Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009), pós-graduação em História da África e do Negro no Brasil (UCAM), mestre em Literatura pela UERJ, doutorando em Literatura Comparada (UFF).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2996805715540412>